**PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA RURAL – PRR**

O Programa de Regularização Tributária Rural – PRR, originalmente, foi instituído pela Medida Provisória n~~º~~ 793, de 2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.606/18. Desde então, o regime vem sofrendo sucessivas reedições e reaberturas de prazo.

Por meio da alteração inserida na Lei nº 13.729/18, de 09.11.2018, o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural – PRR (Lei 13.606/18) foi novamente prorrogado. Com a medida, o prazo para os produtores rurais renegociarem suas dívidas junto ao Fisco fica reaberto até 31 de dezembro deste ano.

É importante salientar que **os contribuintes que já aderiram ao programa em momento anterior não necessitam efetuar novamente o procedimento,** bem comoque **os pagamentos anteriormente realizados também serão aproveitados sem necessidade de solicitação do contribuinte**.

 O pedido de parcelamento deverá ser formalizado com os anexos constantes na IN RFB n~~º~~ 1.784, de 19.01.2018, considerando a migração automática. Além disso, para deferimento do pedido de parcelamento, **o optante deverá recolher o pagamento da primeira antecipação ou entrada do parcelamento até o dia 28.12.2018 (sexta-feira),** pois não haverá expediente bancário em 31.12.2018.

**Orientações Gerais para adesão ao PRR com as alterações promovidas na Lei nº 13.606/18, em 09.11.2018, pela Lei 13.729/18**

(Regulamentação dada pela IN RFB n~~º~~ 1.844/2018)

**Adesão:**

* Podem ser parcelados débitos vencidos até 30/8/2017;
* O pedido de parcelamento deverá ser formalizado com os anexos constantes na IN RFB n~~º~~ 1.728, de 2018 nas unidades da RFB. Além disso, para deferimento do pedido de parcelamento, o optante deverá recolher até o dia **28/12/2018** o valor correspondente à entrada do parcelamento.

**Forma de pagamento:**

* Pagamento da entrada deverá ser de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) da dívida consolidada sem redução em até 2 (duas) vezes (dezembro/18 e janeiro/19);
* Pagamento do restante da dívida consolidada em até 176 (cento e setenta e seis) prestações mensais e sucessivas, vencíveis a partir de fevereiro de 2019, **com redução de 100% (cem por cento) do valor correspondente às multas de mora e de ofício e de 100% (cem por cento) dos juros de mora;**
* **Parcela mínima não inferior a** R$ 100,00 (cem reais) para **Produtor Rural Pessoa Física e Produtor Rural Pessoa Jurídica e** Parcela mínima não inferior a R$ 1.000,00 (mil reais) **para o adquirente de Produto Rural de Pessoa Física e Cooperativa;**
* As prestações deverão ser equivalentes a 0,8% (oito décimos por cento) da receita bruta proveniente da comercialização rural do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela para **Produtor Rural Pessoa Física e Produtor Rural Pessoa**

**Obs**.: Caso haja opção por parcelamento no âmbito da RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o valor da parcela em cada âmbito corresponderá a 0,4% (quatro décimos por cento) da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização da produção rural do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela;

* As prestações deverão ser equivalentes a 0,3 % (três décimos por cento) da receita bruta proveniente da comercialização rural do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela para **Adquirente de Produto Rural de Pessoa Física e Cooperativa**

**Obs**.: Caso haja opção por parcelamento no âmbito da RFB e da PGFN, o valor da parcela em cada âmbito corresponderá a 0,15% (quinze centésimos por cento) da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização da produção rural do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela;

* Até a consolidação dos débitos em sistema de controle informatizado, as parcelas deverão ser calculadas pelo próprio contribuinte e **pagas em Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), sob o código 5161**;
* O contribuinte poderá antecipar prestações vincendas através de pagamentos antecipados o que implicará a amortização de tantas **parcelas subsequentes** quantas forem adiantadas;
* **Possibilidade de utilizar créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL**, na forma da IN RFB nº 1.728, de 14 de agosto de 2017. Caso a adesão tenha acontecido antes 18/4/2018 e o contribuinte desejar **utilizar créditos de Prejuízos Fiscais ou de Bases de Cálculo Negativas da CSLL** para quitação de parte da dívida deverá preencher **o Anexo III da IN RFB nº 1.784, de 2018,** em uma unidade da RFB, **até 31/12/2018**. A forma de utilização dos créditos está detalhada na IN RFB nº 1.784, de 2018, com as alterações dispostas nos arts. 4º-A e 4º-B da In RFB nº 1.804, de 2018;

**Outras observações:**

* Os comprovantes de desistência dos litígios judiciais devem ser juntados ao processo de adesão até 31 de janeiro de 2019;
* Impossibilidade de parcelamento dos valores devidos a título de contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), conforme Instrução Normativa nº 1.804, de 25 de abril de 2018, que alterou a IN RFB nº 1.784, de 19 de janeiro de 2018;
* **Caso a contribuição ao Senar já tenha sido paga ou retida, o contribuinte deverá dirigir-se à unidade da Receita Federal do Brasil de seu domicílio tributário e solicitar a baixa** da cobrança do valor relativo ao Senar, munido dos documentos que comprovam que já houve retenção ou recolhimento do respectivo valor;
* O contribuinte poderá incluir no PRR saldos remanescentes de outros parcelamentos em curso. Para isso, deverá protocolar, quando do pedido de adesão, o formulário de desistência constante no Anexo II da IN RFB n~~º~~ 1.784, de 2018;
* Débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável, mediante declaração em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), até 31 de dezembro 2018;